



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Evaristo Carvalho

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento

Deolindo da Mata

Sebastião Pinheiro

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 50 minutos.

Procedeu-se à tomada de posse de Deputados à Assembleia Nacional.

A Mesa prestou esclarecimentos sobre o agendamento do debate de urgência sobre a Problemática da Política de Financiamento ao Sector Privado e ao Empreendedorismo Juvenil.

Após a leitura dos relatórios da 2.^a Comissão Especializada Permanente, pelo Sr. Deputado António Ramos (MLSTP/PSD), procedeu-se à aprovação final

global das propostas de lei n.ºs 16 e 17/IX/2011 – As Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2012.

Produziram declaração de voto os Srs. Deputados José Viegas (MLSTP/PSD), Isabel Domingos (ADI) e Delfim Neves (PCD). Usou ainda da palavra o Sr. Primeiro-Ministro (Patrice Trovoada).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 11 horas e 45 minutos.

Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 50 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adelino Lourenço Pires **dos Santos**
Adérito de Oliveira **Bonfim** dos Ramos
Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
André Varela **Ramos**
Bilaine **Carvalho** Viegas de Ceita
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Cecílio **Quaresma** da Graça do Sacramento
Celmira de Almeida do **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Hélder **Paquete** Lima
Idalécio Augusto **Quaresma**
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
José António do Sacramento **Miguel**
José da Graça **Diogo**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça José **Narciso**
Mário **Fernando**
Martinho da Trindade **Domingos**
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
Paulo **Jorge** de Carvalho
Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Alcino Martinho de Barros **Pinto**
António Afonso **Ramos**
António **Monteiro** Fernandes
António Neves Sacramento **Barros**
Aurélio Pires Quaresma **Martins**
Carmelita Lima **Taveira**
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Dionísio Fernandes **Leopoldino**
Domingos **Monteiro** Fernandes
Elsa Maria d'Alva Teixeira **Pinto**
Felisberto Afonso Lima **Neto**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva
Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos
Hélder Afonso da Costa **das Neves**
Joaquim **Rafael** **Branco**
José da Graça **Viegas** Santiago
Manuel da Cruz **Marçal** **Lima**
Manuel Quaresma **Martins**
Oscarito **Pereira** **Sousa**
Silívia **Ambrósio** Gil do Espírito Santo

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Delfim Santiago das **Neves**
Filomena Maria de F. D. X. de P. **dos Prazeres**
Firmino João **Raposo**
Francisco Daniel **Gula**

Gil Mascarenhas da Costa
Sebastião Lopes Pinheiro
Sebastião Pires dos Santos Nascimento

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Eugénio António Sacramento da Graça

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos para a parte preliminar.

Há necessidade de empossar alguns Deputados no quadro da substituição, por isso, vamos preencher esse ponto.

Convido a Sra. Secretária da Mesa a proceder à leitura do respectivo Auto de Posse.

A Sra. **Secretária** (Celmira Sacramento): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos proceder ao empossamento de novos Deputados e uma saudação especial aos dois novos companheiros que se juntam a nós a partir de hoje.

«Compareceram ao Plenário da Assembleia Nacional, aos 15 dia do mês de Dezembro do ano 2011, os Srs. Deputados substitutos Felisberto Afonso Lima Neto e Oscarito Pereira Sousa, dos Círculos Eleitorais de Água Grande e Mé-Zóchi, em substituição temporária dos Srs. Deputados eleitos Joaquim Rafael Branco e Maria das Neves Batista de Sousa, tendo os mesmos prestado juramento nos termos constitucionais.»

Prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, se lavrou o presente Termo de Posse que vai ser assinado por S. Exa. o Sr. Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, a Secretária Permanente da Mesa da Assembleia Nacional, que o lavrou».

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, as condições de comunicação estão conferidas.

Temos esta reunião plenária fundamentalmente para o cumprimento da lei, isto é, no sentido de se proceder à votação final global das propostas das GOP e do OGE para o exercício 2012, mas como vêm também no Boletim está previsto um prolongamento desta plenária para um debate. Eu não consideraria uma outra sessão. Diria que é um prolongamento da plenária para um debate requerido pelo Grupo Parlamentar do PCD. Um requerimento de debate que foi apreciado nos termos do Regimento pela Conferência de Líderes. Na sua apreciação não se registou consenso, todavia a maioria presente na Conferência de Líderes defendeu que o debate devia ser realizado hoje. Por isso que, na qualidade de Presidente da Assembleia agendamos o prolongamento desta reunião. Temos em primeiro lugar e fundamentalmente a votação final global das propostas das GOP e do OGE.

Como disse inicialmente, é um cumprimento da lei que diz que a Assembleia Nacional deve aprovar as propostas apresentadas pelo Governo até 15 de Dezembro. Elas foram apreciadas na generalidade e aprovadas, depois foram submetidas à apreciação e discussão na especialidade e temos os respectivos relatórios.

Como de costume, não houve tempo para publicar os relatórios no Diário, mas providenciámos para que esses relatórios fossem distribuídos avulsamente. Penso que todos os Srs. Deputados têm esses documentos. Por isso, se me permitem, vou convidar o Governo a ocupar o seu lugar na Sala, para iniciarmos o processo de aprovação final global.

Temos o primeiro relatório que é da proposta de lei das GOP e o segundo é relativo à proposta do OGE.

Srs. Membros do Governo, sejam bem-vindos.

Vamos continuar com os nossos trabalhos. Como diz o Regimento, a votação final global não é precedida de discussão. Como é habitual, podemos solicitar a um representante da 2.^a Comissão para proceder à leitura dos respectivos relatórios e depois passaremos propriamente à votação.

O Sr. Presidente da 2.^a Comissão que faça a designação do representante que possa nos ler o relatório.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos, Relator da 2.^a Comissão, para a leitura dos relatórios.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Passo à leitura do relatório relativo à proposta de lei n.º 17/IX/2011 – Lei das Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2012.

«A Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, nas suas reuniões de 7 a 10 de Dezembro de 2012, apreciou na especialidade a proposta de lei n.º 17/IX/2011 – Lei das Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2012.

Durante a apreciação a Comissão contou com a participação e colaboração de S. Exas. os Srs. Ministros das Finanças e Cooperação Internacional, o Dr. Américo Oliveira Ramos, e dos Assuntos Parlamentares e

da Descentralização, o Sr. Arlindo Ramos, bem como dos restantes membros do Governo e os seus respectivos *staff*.

Estiveram também presentes os Srs. Presidentes das 1.^a e 3.^a Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional, os Srs. Deputados Idalécio Quaresma, Isabel Domingos, respectivamente, assim como alguns Srs. e Sras. Deputados (as).

No âmbito desta análise, não foram apresentadas quaisquer propostas de alteração, pelo que a proposta de lei foi aprovada por unanimidade.

Para os devidos efeitos, vai em anexo o texto final, elaborado pela Comissão sobre a proposta de lei n.º 17/IX/2011- Lei das Grandes Opções de Plano o Estado para o ano económico de 2012.

A Comissão Especializada Permanente dos Assuntos Económicos e Financeiros, em São Tomé, aos 12 de Dezembro de 2011.

O Presidente interino, José da Graça Diogo.

O Relator, António Ramos.»

O Sr. **Presidente**: — Está apresentado o relatório da 2.^a Comissão relativo ao trabalho de discussão à volta da proposta de lei das GOP, temos presente também o texto da lei aprovada em conformidade. Não sei se há alguma observação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, só quero sugerir uma correcção na proposta. Onde se lê «Estiveram também presentes os Srs. Presidentes das 1.^a e 3.^a» está «Especializadas Permanentes» falta «Comissões».

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais qualquer observação, aliás como disse, no Regimento não é permitido qualquer discussão no acto da aprovação final global.

Portanto, vamos submeter à votação a proposta de lei das GOP para o ano económico de 2012, depois da sua discussão e análise na especialidade, na 2.^a Comissão.

Submetida à votação, foi aprovada com 27 votos a favor e 28 abstenções.

Agora vamos escutar a leitura do relatório referente à proposta de lei do OGE.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos, Relator da 2.^a Comissão.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, antes de iniciar, queria pedir aos Srs. Deputados que fizessem um esforço para consultar o quadro, porque não terei a possibilidade de o ler.

O Relatório relativo à proposta de lei n.º 16/IX/2011 – Lei do Orçamento Geral de Estado para o ano económico de 2012 é do seguinte teor:

«A Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, nas suas reuniões de 7 a 10 de Dezembro de 2011, apreciou na especialidade a proposta de lei n.º 16/IX/2011 – Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2012.

Durante a apreciação a Comissão contou com a participação e colaboração de S. Exas. os Srs. Ministros das Finanças e Cooperação Internacional, o Dr. Américo Oliveira Ramos, e dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização, o Sr. Arlindo Ramos, bem como dos restantes membros do Governo e os seus respectivos *staff*.

Estiveram também presentes os Srs. Presidentes da 1.^a e 3.^a Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional, os Srs. Deputados Idalécio Quaresma e Isabel Domingos, respectivamente, bem como os Líderes Parlamentares do MLSTP/PSD e PCD, os Srs. Deputados José da Graça Viegas Santiago e Delfim Santiago das Neves, assim como alguns Srs. e Sras. Deputados (as).

No âmbito desta análise, foram apresentadas verbalmente seis propostas de alteração, sendo quatro de emenda e duas de aditamento, como se segue:

I – Proposta de Emenda.

1. c) n.º 1 do artigo 2.º: no sentido de que seja «Dbs. 743 692 440 815 00 (setecentos e quarenta e três mil milhões, seiscentos e noventa e dois milhões, quatrocentos e quarenta mil e oitocentos e quinze dobras)» e não «Dbs. 555 386 237 593 00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil milhões, trezentos e oitenta e seis milhões, duzentos e trinta e sete mil e quinhentos e noventa e três dobras) ...»

O Sr. **Presidente**: — Um momento Sr. Deputado. Há informação de que a Rádio Nacional deixou de transmitir a plenária e está a passar música. Não sei o que se passa.

Pausa.

O problema já está resolvido. Podemos continuar então.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — «... artigo 3.º: no sentido de se introduzir as seguintes alterações nos mapas correspondentes ao orçamento de cada organismo.

Fixar em Dbs. 6 946 344 595 31 (seis mil milhões, novecentos e quarenta e seis milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco dobras e trinta e um cêntimos) a verba para deslocações em 2012, rubrica «1046 – Missões ao Exterior» dos ministérios constantes no quadro seguinte:

Valores aprovados para OGE 2012.

Criar uma rubrica denominada «Exercício Militar no Exterior» no Ministério da Defesa Nacional e Segurança Pública, com uma dotação de Dbs 287 224 983 32 (duzentos e oitenta e sete milhões, duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e oitenta e três dobras e trinta e dois cêntimos) que teria como contrapartida a verba dotada na rubrica «1046 – Missões ao exterior desse mesmo Ministério», pelo que a verba destinada a missões ao exterior seria igual à de 2011.

Transferir a verba dotada no Ministério de Plano e Desenvolvimento na rubrica «3777 – Apoio ao sector privado/crédito», no montante de Dbs. 18 545 774 358 97 (dezoito mil milhões, quinhentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e setenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e oito dobras e noventa e sete cêntimos) para o Ministério das Finanças e Cooperação Internacional.

Do remanescente dos ajustes efectuados na rubrica «1046 – Missões ao Exterior», dos Ministérios constantes no Quadro I, no montante de 5 786 081 153 30 (cinco mil milhões, setecentos e oitenta e seis milhões, oitenta e um mil, cento e cinquenta e três dobras e trinta cêntimos), reforçar as seguintes rubricas:

«2417 – Transferência corrente para a Assembleia Nacional» com mais Dbs. 1 220 100 000 00 (mil milhão, duzentos e vinte milhões e cem mil dobras), dos quais Dbs. 220 100 000 00 (duzentos e vinte milhões e cem mil dobras) se destinam ao «Apoio aos Partidos Políticos»;

«2402 – Transferência corrente para a Região Autónoma do Príncipe/RAP» com mais Dbs. 710 148 394 96 (setecentos e dez mil milhões, cento e quarenta e oito milhões, trezentos e noventa e quatro mil e noventa e seis dobras) para subvencionar os transportes aéreos/bilhete de passagem para os residentes no Príncipe;

Criar uma rubrica no Ministério do Plano e Desenvolvimento denominada «Aquisição de insumos agrícolas e apetrechos de pescas» com Dbs. 3 795 832 758 39 (três mil milhões, setecentos e noventa e cinco milhões, oitocentos e trinta e dois mil, setecentas e cinquenta e oito dobras e trinta e nove cêntimos), tendo em conta que:

1. Durante a discussão da verba destinada ao apoio do sector privado/crédito no Ministério do Plano e Desenvolvimento e apoio ao empreendedorismo juvenil na Secretaria de Estado da Juventude e Desporto no valor total de Dbs. 35 889 364 103 00 (trinta e cinco mil milhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e cento e três dobras), o Governo não foi convincente nas explicações apresentadas:

Primeiro, a razão da afectação dessas verbas nos ministérios supra referidos, tendo em conta que os mesmos não são instituições financeiras de concessão de crédito.

Segundo, se os financiamentos para essas rubricas são créditos não concessionais, segundo o Sr. Ministro das Finanças, ao ser verdade, contradiz por completo a alínea b) do artigo 7.º da proposta de Lei de OGE apresentada pelo Governo, que diz textualmente: «O Governo fica autorizado a contrair novos empréstimos externos sempre nas condições concessionais compatíveis com a capacidade de endividamento do País».

2. O Governo não apresentou o acordo de empréstimo/linha de crédito solicitado pela 2.ª Comissão, para que os Deputados pudessem observar as condições e as finalidades do referido crédito. Ainda nesse âmbito, é de se esclarecer que em parte alguma do OGE, quer na nota explicativa que a fundamenta, quer na proposta de lei, se refere que a supracitada verba seja proveniente de uma linha de crédito ou empréstimo não concessional.

3. No anexo do OGE, Quadro 5 – Programa de Investimento Público, contempla numa das alíneas um valor de cerca de 2 milhões de dólares provenientes da República da China (Taiwan) como empréstimo.

No entanto, como é do conhecimento público, o acordo rubricado entre a RDSTP e a República da China (Taiwan) não contempla empréstimos/créditos, mas sim um donativo anual.

4. Pelo facto de a filosofia que sustenta essas duas rubricas ser idêntica, estas devem ser resumidas numa única – Apoio ao sector privado e ao empreendedorismo juvenil/crédito, afecta ao Ministério das Finanças e Cooperação Internacional, cuja execução será feita junto a um banco comercial.

5. Durante a discussão provou-se que existem sectores e instituições com dificuldades gritantes e que devem ser acauteladas e priorizadas.

Nestes termos, um grupo de Deputados da Comissão propôs o seguinte:

Reafectar a verba de Dbs. 17 343 589 743 59 (dezassete mil milhões, trezentos e quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, setecentos e quarenta e três dobras e cinquenta e nove cêntimos) dotada na rubrica «3738 – Apoio ao empreendedorismo juvenil» da Secretaria do Estado da Juventude e Desportos, para o orçamento dos seguintes ministérios:

Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais com Dbs. 1 000 000 000 00 (mil milhão de dobras) dos quais Dbs. 500 000 000 00 (quinhentos milhões de dobras) para apoio aos infectados do HIV/SIDA e o restante para o apoio à Associação dos Deficientes Físicos.

Ministério dos Recursos Naturais e Energia com Dbs. 7 875 000 000 00 (sete mil milhões, oitocentos e setenta e cinco milhões de dobras), dos quais Dbs. 6 675 000 000 00 (seis mil milhões, seiscentos e setenta e cinco milhões de dobras para «requalificação da Cidade de Santo António/Região Autónoma do Príncipe» e o restante para a «Construção da estrada de terra batida Micondo/Santana».

Secretaria de Estado da Juventude e Desportos com Dbs. 3 429 364 102 59 (três mil milhões, quatrocentos e vinte e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, cento e duas dobras e cinquenta e nove cêntimos), para a construção do pólo desportivo de Santana.

Ministério das Finanças e Cooperação Internacional com mais Dbs. 2 814 225 641 00 (dois mil milhões, oitocentos e catorze milhões, duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e uma dobras) para apoiar o «empreendedorismo juvenil/crédito». Este montante deverá ser associado ao da rubrica «3777 – Apoio ao sector privado/crédito», perfazendo um montante total de Dbs. 21 360 000 000 00 (vinte e um mil milhões, trezentos e sessenta milhões de dobras), passando esta rubrica a ter a seguinte designação: «Apoio ao sector privado e empreendedorismo juvenil/crédito.»

Tribunal Judicial com mais Dbs. 890 000 000 00 (oitocentos e noventa milhões de dobras) para «Apoio Institucional ao Supremo Tribunal de Justiça».

Ministério da Justiça e da Reforma do Estado com mais Dbs. 445 000 000 00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões de dobras) destinados a aquisição de equipamentos para a Polícia de Investigação Criminal (PIC).

Ministério da Educação, Cultura e Formação com mais Dbs. 890 000 000 00 (oitocentos e noventa milhões de dobras) destinados a aquisição de transporte escolar, nomeadamente 2 mini-bus, sendo um para o Distrito de Caué e ou para o Distrito de Lembá.

Reafectar a verba de Dbs. 2 000 000 000 00 (dois mil milhões de dobras), dotada na rubrica «3782 – Ampliação do Hospital Manuel Quaresma Dias da Graça» do Governo Regional do Príncipe, para construção de casas sociais na Região Autónoma do Príncipe. Esse montante deverá associar ao da rubrica «2755 – Construção de casas sociais na Região Autónoma do Príncipe.», perfazendo um total de Dbs. 6 000 000 000 00 (seis mil milhões de dobras). Esta proposta de reafecção deve-se, por um lado, ao facto da verba proposta pelo Governo para a Ampliação do Hospital Manuel Quaresma Dias da Graça ser deveras irrisória, face a dimensão da obra em causa, agravado com os sucessivos atrasos já registados ao longo dos últimos anos, tornando-se assim necessário que o Governo faça o levantamento global e o respectivo orçamento, a fim de dar início e concluir a obra e, por outro, ao facto de a verba destinada a construção de casas sociais ter sido reduzida e, por isso, pouco eficaz face às necessidades.

Artigo 5.º, no sentido de que seja «O montante da comparticipação do Estado ...» e não «A taxa de comparticipação do Estado...».

Artigo 7.º, no sentido de que seja «O Governo fica autorizado a negociar e concluir novos empréstimos...» e não «O Governo fica autorizado a contrair novos empréstimos...»

II – Proposta de Aditamento.

Aditamento de uma alínea c) ao artigo 7.º.

«c) Em qualquer das circunstâncias cabe à Assembleia Nacional aprovar o empréstimo negociado.»

Aditamento de um novo artigo 17.º, passando o actual artigo 17.º para o artigo 18.º e, assim sucessivamente:

«Artigo 17.º

(Informações Periódicas)

Fica o Governo obrigado a prestar as informações trimestrais à Assembleia Nacional sobre a execução do OGE, em obediência ao artigo 36.º da Lei n.º 3/2007 – SAFE.»

As propostas de emenda aos artigos 2.º e 5.º foram aprovadas por unanimidade.

As propostas de emenda aos artigos 3.º e 7.º foram aprovadas com 5 votos a favor e 4 votos contra.

A proposta de aditamento da alínea c) ao artigo 7.º foi aprovada com 5 votos a favor e 4 votos contra.

A proposta de aditamento de um novo artigo 17.º foi aprovada com 5 votos a favor e 4 votos contra.

A proposta de lei, incluindo as alterações acima referidas, foi aprovada por unanimidade.

Para os devidos efeitos, vai em anexo o texto final elaborado pela Comissão sobre a proposta de lei n.º 16/IX/2011 – Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2012.

A Comissão Especializada Permanente dos Assuntos Económicos e Financeiros, em São Tomé, aos 14 de Dezembro de 2011.

O Presidente interino, José da Graça Diogo.

O Relator, António Ramos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Deputado António Ramos, Relator da 2.ª Comissão.

Portanto, está lido o relatório em que consta os trabalhos realizados na sede da apreciação na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete, para uma intervenção, mas quero alertar ao Sr. Deputado que não há lugar a debate na globalidade.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Não, é só para esclarecer.

A primeira questão: na página 4, alínea *b*), onde diz «Ministério dos Recursos Naturais e Energia (...)», devia-se corrigir porque este ministério não existe.

O Sr. **Presidente**: — Para substituir, porque o Ministério tem agora outra designação, Obras Públicas e Recursos Naturais.

Mais algum esclarecimento?

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Sim, sim.

Só para esclarecimento, Sr. Presidente. Na página 6, no antepenúltimo parágrafo, onde diz «a proposta de lei, incluindo as alterações acima referidas, foram aprovadas por unanimidade (...)», gostaria que explicassem a questão de unanimidade.

O Sr. **Presidente**: — Acho que o Sr. Relator e o Sr. Vice-Presidente da 2.^a Comissão tomaram a devida nota.

Na alínea *b*), na página 4, onde diz «Ministério dos Recursos Naturais e Energia» deve ser emendado para «Ministério das Obras Públicas e Recursos Naturais».

Também o Sr. Deputado chama atenção para a frase «a proposta de lei, incluindo as alterações acima referidas, foram aprovadas por unanimidade». Porque de facto não houve unanimidade na votação de algumas propostas. Penso que é isso que o Sr. Deputado chama a atenção.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos, para uma intervenção.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Gostaria de chamar atenção que o artigo 3.^o da lei orçamental não foi alterado, como consta do relatório. As propostas de emenda não fizeram menção ao artigo 3.^o, não sei se houve um engano da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Há algum membro da 2.^a Comissão que queira esclarecer? Não estamos a discutir, estamos a tentar esclarecer.

Vozes dos membros da 2.^a Comissão: — Sr. Presidente, foi alterado.

O Sr. **Presidente**: — Foi alterado, está bem.

A Comissão tomou a devida nota sobre a chamada de atenção do Sr. Deputado Hélder Paquete? O Sr. Relator quer explicar alguma coisa sobre isso?

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Sr. Presidente, é só para a Comissão tomar nota!

O Sr. **Presidente**: — Tomar nota para que o texto seja corrigido?

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Sim, sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, é apenas também para sugerir mais uma correcção.

Na primeira página, onde diz «no âmbito desta análise foram apresentadas, verbalmente, seis propostas de alteração», só estou a sugerir, não sei se estaria correcto ou não, depois podemos ver, uma vírgula. «No âmbito desta análise, foram (...)». É uma questão de forma.

O Sr. **Presidente**: — Isso é uma questão de forma. Na redacção final a Comissão verá isso nesta fase. Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Deputados: Venho, no âmbito do artigo 99.^o do Regimento, fazer uma interpelação à Mesa.

É no sentido de, porque não há espaço para discutirmos aqui neste momento o relatório que nos foi apresentado, que no acto da conclusão dos trabalhos, ou seja, na redacção final que os membros da 2.^a Comissão estejam presentes para esses pequenos aspectos de alteração. São muitos pontuais e penso não serem questões de fundo, e outros aspectos que têm a ver com a concordância e alguns pequenos erros.

O Sr. **Presidente**: — Quería dizer que, de facto, diz o artigo 212.º: «As propostas de lei são objecto de votação final».

Artigo 213.º, «A redacção final incumbe à comissão competente em razão da matéria, que dispõe para o efeito de um prazo de 3 dias». Quer dizer que depois de fazermos a votação aqui, o processo há-de voltar para a 2.ª Comissão, para fazer a redacção final. Portanto, todas essas observações devem ser tomadas em consideração para fazerem a redacção final dos textos.

Pausa.

Srs. Deputados, não havendo qualquer outra observação, vamos passar à votação. Vamos votar, portanto, o projecto de lei do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2012.

Submetido à votação, foi aprovado com 27 votos a favor e 28 abstenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma declaração de voto. É permitido, sim senhor, podendo ser oral ou voto escrito. O voto escrito pode ser até apresentado à Mesa, posteriormente, 3 dias após a votação.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Está no Regimento!

O Sr. **Presidente**: — Está no Regimento.
Se faz favor, tem a palavra.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — «No desempenho do seu papel interventivo na protecção do interesse geral e na melhoria das condições de vida das nossas populações, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, no exercício de apreciação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado, absteve-se, porque não se revê em muitas das opções feitas e a correspondente orçamentação de recursos para 2012.

O desempenho na execução orçamental de 2011 foi o mais baixo durante todo o tempo da existência da II República. A sobrevivência dos cidadãos está cada vez mais difícil, o poder de compra está cada vez mais baixo e este Orçamento não aponta, do nosso ponto de vista, caminhos para inverter a situação.

Como uma situação tão difícil do ponto de vista financeiro, o Governo, em vez de reduzir despesas, projectou uma duplicação em 2012 para as viagens.

Preocupados com o custo/benefício e a necessidade de afectar recursos a outros sectores, decidimos reduzir as viagens a 50%, em média. As viagens de 2011, para além de não produzirem resultados, ficamos sem saber o custo delas para o Estado são-tomense e para o nosso OGE.

Foi notória a existência de violação de leis durante o exercício de 2011. Exemplos: despesas feitas e não orçamentadas; alteração da tabela salarial na base de um decreto, ao invés de um decreto-lei por via de uma autorização legislativa concedida pela Assembleia Nacional ao Governo; despesas pagas mais do que as programadas; a alínea a) do artigo 3.º da Lei n.º 1 – OGE de 2011 – definiu os tectos para as despesas correntes e esse tecto foi alterado; o artigo 35.º da Lei n.º 3/2007 – Lei do SAFE – e o artigo 16.º da Lei n.º 1/2011 foram claramente violados. De acordo com o estatuído no artigo 72.º, Regime de responsabilidade, da Lei n.º 3/2007, alguém deverá responder diante da justiça.

Para além do que já dissemos, o Orçamento de 2012 continha erros e omissões que a oposição constatou e pediu as devidas correcções. Exemplos: o desacerto entre as despesas e as receitas programadas para 2012, na proposta de lei do OGE e na TOFE; as acções previstas para 2012, ora programadas e não orçamentadas, ora idealizadas, mas não inscritas nem nas GOP nem no OGE. O exemplo mais flagrante é o recenseamento geral da população e da habitação em 2012.

As dotações orçamentais atribuídas ao sector da educação e saúde não reflectem os engajamentos assumidos pelo Estado. Daí que, onde foi possível, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD contribuiu para aumentar as verbas destes sectores e outros, como os Tribunais, Obras Públicas, a Região Autónoma do Príncipe, com subvenção de transporte aéreo para os residentes do Príncipe e construção de casas sociais; insumos agrícolas e apetrechos de pescas para agricultores e pescadores. Isso foi feito graças à redução que propusemos das viagens.

Fizemos a proposta de transferência das verbas para o crédito, de uma forma responsável e coerente, com a organização e funcionamento do Estado para o Ministério das Finanças e, a partir daí, a Secretaria do Estado da Juventude e Desporto, em concertação com a CNJ, a Associação dos Jovens com Iniciativas Empresariais traçarão uma forma mais transparente e mais célebre para melhor beneficiar os jovens.

Achamos, aliás, que este apoio aos jovens que reputamos de salutar deve ser em condições mais benéficas possível.

Perante as questões aqui colocadas e perante as constatações feitas neste Orçamento, resolvemos, como disse inicialmente, abster-nos na votação e estamos prontos para contribuir sempre e quando o Governo achar abrir-se ao diálogo.

Eu gostaria de deixar também mais uma nota final, nesta declaração de voto. Quero pedir, mais uma vez, que a 2.^a Comissão, no relatório final, faça o devido acompanhamento, porque tivemos uma situação que reputamos de grave e preocupante: a verba destinada em 2011 aos partidos políticos não nos foi dada. Evocarão razões que têm a ver com a liquidez, mas o facto é que o Sr. Ministro confirmou isso mesmo e isso nem vem sequer no relatório de 2011.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos, para a declaração de voto do ADI.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia a todos.

Sr. Presidente, é com profunda mágoa e até mesmo tristeza que o Grupo Parlamentar do ADI vem pela presente manifestar o seu desagrado pelo modo como decorreram as discussões do OGE e das GOP na sede da 2.^a Comissão Especializada Permanente.

Assistimos a um desvirtuar completo, sem norte das propostas de alteração apresentadas pela oposição em relação ao Orçamento feito pelo Governo, que é o único responsável pela sua execução.

À Assembleia Nacional caberá o papel de fiscalizar. Mais uma vez ficou mostrado que algumas figuras do PCD e do MLSTP/PSD, bem identificadas, quiseram demonstrar que os interesses particulares estão acima dos interesses nacionais.

A essas pessoas gostaríamos de recordar as palavras proferidas por S. Exa. o Sr. Presidente da República no acto de posse, passo a citar: «O interesse nacional e o sentido do Estado devem prevalecer sempre sobre quaisquer interesses particulares.»

Sob o pretexto de redução da verba de viagem e da crise internacional cortaram tudo, desvirtuando por completo a proposta do OGE apresentada pelo Governo.

A crise não vem de hoje.

Já em 2009 o Governo de então gastou cerca de 18 mil milhões de dobras em viagens.

As propostas de alteração apresentadas não têm nenhum significado a não ser de criar bloqueio ao Governo e impossibilitar que o mesmo governe.

Prova disso são as verbas alocadas para ampliação do hospital de Santo António, ao empreendedorismo juvenil e apoio ao sector privado, que foram simplesmente retiradas e alocadas a outros itens, sem sequer saber a natureza das despesas, apesar de vários alertas feitos pelo Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

Ficou, mais uma vez, patente que alguns Deputados dos partidos da oposição querem perturbar o bom ritmo em que o País se encontra, apesar de muitas dificuldades que reconhecemos.

O Governo do ADI tem dado mostras de seriedade, reconquistando de novo a credibilidade internacional perdida há bastante tempo. Prova disso, são várias missões de carácter internacional que têm vindo a registar no País.

Na certeza de que uma boa reflexão poderá contribuir para um futuro melhor, o Grupo Parlamentar do ADI, através do seu Líder, endereça a todos os são-tomenses saudações fraternas, um Natal feliz e um Ano Novo cheio de prosperidade.

Deixem-nos trabalhar, queremos avançar!

Viva a democracia! Viva São Tomé e Príncipe!

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Agora, passo a palavra ao Sr. Líder do Grupo Parlamentar do PCD.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Deputados, bom dia.

Como é do conhecimento de todos, aquando da discussão e votação, na generalidade, do OGE e das GOP para 2012, o Partido PCD, enquanto grupo parlamentar, posicionou-se contra estes dois instrumentos, face aos argumentos levantados durante as discussões.

Porque o Governo não foi capaz de esclarecer suficientemente as nossas preocupações, decidimos votar contra e esse voto contra é coerente para nos abrir espaço para uma discussão séria, honesta e responsável na sede da 2.^a Comissão.

Foi assim que aquando da discussão na especialidade, na sede da 2.^a Comissão, o nosso grupo parlamentar, representado por alguns Srs. Deputados, esteve presente e participou activamente nas discussões, apoiando e apresentando algumas propostas de alteração.

Daí que gostaríamos de aqui publicamente diferenciar a nossa posição de voto, aquando da discussão na generalidade, e a nossa posição de voto hoje, na final global, onde nos abstermos. Abstermo-nos, porque as alterações que foram introduzidas não são profundas. O documento carecia de uma alteração profunda, mas de qualquer modo quero felicitar os membros da 2.^a Comissão, que de forma corajosa, introduziram algumas melhorias neste Orçamento.

Gostaria de aproveitar para rejeitar, categoricamente, a acusação que é feita pelo Grupo Parlamentar do ADI ao meu partido e ao meu grupo parlamentar. Só pode ser uma insinuação. A menos que esteja a mentir, me contrariam de todo o relatório que foi lido há tão pouco tempo para o Plenário da Assembleia Nacional. Não se desvirtuou nada. Não se descaracterizou absolutamente nada. Pelo contrário, introduziu-se inovações que vêm ajudar o Governo a governar. Vêm ajudar o Governo a atender às grandes preocupações do povo de São Tomé e Príncipe. Vêm ajudar o Governo a atender aos problemas gritantes da nossa nação. E nós fizemos isso de forma assumida.

Não podemos aceitar o que disse o representante do Grupo Parlamentar da ADI, que o interesse pessoal está acima do interesse nacional. Isto é falso, porquanto vimos aqui e ouvimos que as melhorias que foram introduzidas no Orçamento são todas coerentes e que vêm atender às necessidades do País.

É esta a nossa declaração de voto e muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Agora dou a palavra ao Governo para intervenção final.

Peço desculpas, mas temos um ponto de ordem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não é para dificultar, aliás, temos muito prazer em ouvir o Sr. Primeiro-Ministro, mas gostaríamos de saber do Sr. Presidente em que quadro do Regimento, nesta fase, o Sr. Primeiro-Ministro tem direito à palavra.

O Sr. **Presidente**: — Em termos do Regimento não se prevê, mas estando na votação final de uma proposta que vem do Governo e relacionada com o Orçamento, que cabe ao Governo executar, eu pensava que nesta parte final o Governo podia também dirigir algumas palavras.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — A nosso grupo parlamentar não vai dificultar, aliás, dizia eu que temos o prazer de ouvir o Sr. Primeiro-Ministro, mas quero que o grupo parlamentar que sustenta o Governo sublinhe esta facilidade, porque estão sempre a falar do cumprimento das leis e do Regimento. Se o grupo parlamentar que sustenta o Governo não quer que o Sr. Primeiro-Ministro fale, então não há espaço.

O Sr. **Presidente**: — O Regimento prevê que o encerramento do debate na generalidade deve ser com as palavras do Governo e também entendi que no fim da votação final global o Governo pudesse dirigir algumas palavras. Portanto, o Plenário é que decide.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, nós respeitamos as pessoas, somos hospitaleiros e temos uma educação de ouvir os outros. Regimentalmente não está previsto, mas seremos condescendentes e pedimos ao Sr. Primeiro-Ministro que use da palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo** (Patrice Trovoada): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Se me permitem, cheguei cá ao púlpito sob o convite do Sr. Presidente da Assembleia Nacional.

Também gostaria de dizer algumas palavras, como foi aqui sublinhado. Gostaríamos que esta Casa acolhedora pudesse, de facto, concertar-se melhor, porque o Governo também é um órgão de Soberania e eu acho que merece o tratamento devido como tal.

Queria agradecer a todos pelas contribuições, pelo sentido de voto, pelas preocupações levantadas, que agora estão todas referidas no OGE e nas GOP e vão permitir ao Governo executar, dentro de um ambiente económico e financeiro que todos reconhecem difícil, mas espero num ambiente politicamente construtivo, em que cada um assume as suas opções, as suas diferenças e que ponha, acima de tudo, o interesse nacional e a melhoria das condições de vida da população.

O Governo fará tudo para que 2012 seja melhor do que 2011 e que todos possamos ter o sentimento de que contribuimos positivamente para o crescimento do País.

Aproveito esta oportunidade para desejar a esta Casa Parlamentar e aos são-tomenses festas felizes e um bom ano de 2012.

Aplausos do ADI e do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, eis que chegamos ao fim da nossa tarefa de votação de instrumentos fundamentais para a governação do nosso Estado no ano 2012.

Quero agradecer às Sras. e Srs. Deputados pela presença e participação que deram neste exercício e auguramos que o ano 2012 seja, de facto, melhor que 2011.

No capítulo de fiscalização da acção governativa, esperemos que em 2012 façamos um melhor exercício dentro do quadro da lei e do nosso Regimento, isto é, que promovamos debates, promovamos reuniões e

apreciações de relatórios que nos permitam apoiar o executivo a melhor desempenhar o seu papel na função governativa.

Muito obrigado e declaro encerrada esta sessão.

Eram 11 horas e 45 minutos.